

Campo reforçará produção e empregos

ANDREA CORDEIRO
DA EQUIPE DO CORREIO
DANIELE CAMBA
ESPECIAL PARA O CORREIO

Na primeira reunião da Câmara de Política Econômica deste ano, o governo Lula definiu uma importante meta: a criação de pelo menos 1,3 milhão de empregos no setor de agronegócios. O objetivo foi anunciado ontem pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que participou de reunião no Palácio do Planalto com nove outros ministros, além do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e o vice, José Alencar. Além disso, o campo impulsionará as exportações (vendas para o exterior).

Na apresentação das perspectivas para 2004 de cada um dos ministros, o da Agricultura, Roberto Rodrigues, anunciou que a melhoria do agronegócio, com a expectativa de crescimento da safra de grãos de 122 bilhões de toneladas para 129 bilhões, deve ser a mola propulsora para a geração desses novos empregos. "As perspectivas do setor são extraordinárias para este ano, com uma melhoria além do que ocorreu em 2003, que foi muito bom", disse Palocci.

O crescimento do setor agrícola continuará a impulsionar as exportações. Segundo exposição feita pelo ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, a meta será elevar o volume de vendas totais (agricultura e outros setores) ao exterior de US\$ 73 bilhões em 2003 para US\$ 80 bilhões em 2004.

A promessa de criar 1,3 milhão de empregos só no setor de agronegócios supera o número de 1 milhão de empregos formais gerados em todos os setores durante o ano passado. Segundo o ministro Palocci, dois terços desses novos empregos em 2003 foram gerados no interior do país, em regiões agrícolas como a Centro-Oeste, o que comprova, na visão do ministro, a importância do crescimento do agronegócio não apenas para a balança comercial, mas também para o aspecto social do país.

A geração de 2,3 milhões de empregos nos dois primeiros anos do governo Lula, porém, está muito aquém da promessa do partido, durante a campanha eleitoral, de gerar 10 milhões de novos empregos até 2006. A geração de 1,3 milhão de empregos não será suficiente para acomodar a massa de desempregados e mais 1,5 milhão de novos brasileiros que anualmente ingressam no mercado de trabalho.

Renda

Segundo o ministro da Fazenda, na reunião discutiu-se as condições macroeconômicas para um crescimento sustentável em 2004 e criar as bases para o crescimento de longo prazo. "O Brasil não está apenas iniciando um ano de crescimento. Pelo es-

Ricardo Stuckert



LULA ABRE PRIMEIRA REUNIÃO DA CÂMARA DE POLÍTICA ECONÔMICA EM 2004: MINISTROS MOSTRAM QUE PERSPECTIVAS PARA ESTE ANO SÃO BOAS

forço da população e das empresas em 2003, o Brasil abre agora a oportunidade histórica de crescimento sustentável, com geração de empregos; garantia de investimentos sociais e com agenda clara de solução de problemas", disse.

Palocci lembrou que o crescimento econômico começou no último trimestre do ano passado, levando à melhoria da renda, em queda desde 1999. "A partir do mês de agosto, houve recuperação da massa salarial e a partir de outubro da renda média. A retomada se deu via facilitação de crédito", disse o ministro. As vendas via crédito no

quarto trimestre, segundo Palocci, cresceram 16,5%. E as vendas de automóveis, que em boa parte utilizam financiamento, em dezembro de 2003 cresceram 37,9% comparado com o mesmo período de 2002.

O ministro da Fazenda deixou claro que o crescimento econômico já está ocorrendo e de forma "ordenada", com a retomada do consumo primeiro dos bens duráveis, depois do semi-duráveis e um pouco mais lenta nos bens não-duráveis, que é o caminho natural. Palocci afirmou, também, que a área econômica do governo tem um conjunto de medidas que serão

tomadas ao longo de 2004 para favorecer o crescimento econômico. No segundo semestre, serão elaboradas medidas que vão facilitar a vida das micro e pequenas empresas.

Impostos

Ainda para incentivar a retomada da economia, Palocci disse que a Fazenda está estudando e deve divulgar nos próximos dias medidas para reduzir os impostos sobre bens de capital. "Vocês não precisam nem cobrar porque não esquecemos que temos um compromisso firmado com o Congresso e com os empresários", disse o ministro.

Palocci reforçou que o governo não poderá abrir mão de arrecadação, reduzindo impostos, mas que há condições para melhorar a qualidade dos impostos. E lembrou que isso já está sendo feito. "Atingimos o equilíbrio econômico sem jogar isso em cima da carga tributária sobre a sociedade. Pelo contrário, reduzimos um pouco essa carga." O ministro da Fazenda completou ainda que irá analisar "com todo o carinho" a proposta apresentada pelo ministro do Trabalho, Jaques Wagner, de formalização do trabalho doméstico com a dedução dos custos no imposto de renda.

Incentivo à construção

Para incentivar o crescimento da economia e do emprego, segundo o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o governo está estudando medidas de estímulo ao saneamento e à construção civil. "Esses são dois setores muito importantes e que estão passando por dificuldades. Estamos tratando deles com especial atenção", disse o ministro da Fazenda, que participou ontem no Palácio do Planalto da reunião da Câmara de Política Econômica.

Segundo Palocci, a Fazenda deve criar novos programas de financiamento à habitação para as classes baixas. Além de outras medidas de incentivo ao financiamento imobiliário. "Muitas economias retomaram o crescimento através do crédito imobiliário. O Brasil tem problemas nessa questão, que precisam ser enfrentados com uma agenda relativa a crédito, a consolidação de sistemas de alienação fiduciária, de crédito bancário que estão na pauta da agenda de geração de mercado de crédito e financiamento para a construção civil", diz o ministro.

Ele completa que o Brasil não tem motivo para ter o setor de habitação tão tímido como está agora. O ministro lembra que o reaquecimento da construção civil alavanca a economia e soluciona a parte social, com a geração de empregos, uma das prioridades do governo para este ano.

Saneamento

O setor de saneamento também terá atenção especial do governo, com a liberação de linhas de financiamento. No fim do ano passado, o governo anunciou a liberação de R\$ 2,9 bilhões para obras nesse setor, que constavam do acordo de superávit primário do país com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Os investimentos em saneamento vão começar pelo setor público, mas que devem acabar estimulando a parte privada também", projetou Palocci.

Segundo Palocci, o grande desafio do governo é estimular setores como saneamento e construção civil sem abrir mão do equilíbrio fiscal, uma vez que o orçamento este ano favorece que o governo faça mais investimentos do que em 2003. (AC e DC)



Carlos Moura

“
O BRASIL ABRE AGORA
A OPORTUNIDADE
HISTÓRICA DE CRESCIMENTO
SUSTENTÁVEL, COM
GERAÇÃO DE EMPREGOS,
GARANTIA DE
INVESTIMENTOS SOCIAIS
E AGENDA CLARA DE
SOLUÇÃO DE PROBLEMAS
”

Antonio Palocci, ministro da Fazenda